



A investigação arqueológica no Ebo (Kwanza Sul, Angola)

Cristina Pombares Martins*

p. 65-74

Introdução

A investigação arqueológica em Angola remonta ao séc. XIX se tivermos em conta as primeiras publicações, mas à semelhança do que acontece com muitos outros países africanos, Angola é um exemplo bem elucidativo de um país em que a produção científica não reflecte a sua rica diversidade arqueológica, não obstante o esforço dos pesquisadores que procuram, pela cooperação com as entidades competentes, o desenvolvimento do conhecimento científico. Existe cada vez mais um maior número de investigadores e instituições a trabalhar para que aquele quadro comece a mudar.

Depois de terminada a guerra que devastou o país durante quase quarenta anos, Angola começa a reunir as condições necessárias ao seu desenvolvimento, afirmando-se como forte Nação não só em África, mas a nível mundial.

Angola foi colónia portuguesa até 1975, ano em que se torna independente. Até essa altura, a investigação arqueológica foi desenvolvida sobretudo por investigadores europeus. Nomes como José Redinha, Camarate França, Desmond Clark, Henri Breuil, António de Almeida, Santos Júnior, Carlos Ervedosa, Miguel Ramos e Oliveira Jorge marcaram a arqueologia do período colonial em Angola. Desde aquela época até hoje, têm mudado os métodos, as perspectivas e o campo de aplicação.

A partir de 1992, Manuel Gutierrez da Universidade de Paris 1 começa a desenvolver a sua pesquisa de Doutoramento no sul, na Província do Namibe, no complexo arqueológico do Tchitundohulo. Desde então, tem desenvolvido diversas actividades no país, inclusive uma escola de campo em Benguela, apresentando publicações diversas com os resultados que vai obtendo.

A partir de 2006 começamos a desenvolver a pesquisa sobre Arqueologia Angolana no âmbito do nosso Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre”, numa parceria entre o Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que culminou com a apresentação da tese “Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à arqueologia do território” (2008). Ainda neste trabalho foi delineado um projecto para uma região em particular – o Ebo (Martins, 2008), que apenas foi possível ter início já no âmbito do Doutoramento, naquela Universidade (UTAD). É essa investigação que apresentamos de seguida.

* Investigadora associada do Grupo “Quaternário e Pré-Histórica” do Centro de Geociências, (uID73 – Fundação para a Ciência e Tecnologia), Instituto Terra e Memória (Mação), Doutoranda em Quaternário, Materiais e Culturas (UTAD), Bolseira FCT (Projecto SFRH/BD/74567/2010).

A história da investigação no Ebo

Carlos Ervedosa e Santos Júnior desenvolveram vários trabalhos em conjunto, em Angola. O Ebo foi um dos locais que visitaram, fazendo sumárias anotações sobre os abrigos da Quingumba (o Cavundi Quizólo e o Quissanga Cuanga Quissanga), da Cumbira, do Caiombo e de Dalambiri (Ervedosa, 1980; Santos Júnior, 1974).

O Ebo é referenciado por Santos Júnior em poucas linhas no seu trabalho “Arte Rupestre de Angola” (1974), e de forma mais pormenorizada em algumas páginas da “Arqueologia Angolana” (1980) de Ervedosa. Este autor descreve resumidamente as pinturas dos abrigos visitados, indicando a existência de materiais de superfície (fragmentos de cerâmica, líticos e escórias de ferro). Não termina a descrição sem manifestar o desejo de voltar ao Ebo, reconhecendo que é uma zona que merece um estudo exaustivo. Esta visita aconteceu em 1972. Entretanto, a guerra forçou Ervedosa a vir para Portugal, impedindo-o de cumprir aquela vontade.

É ainda naquelas páginas escritas por Ervedosa que ficamos a saber que o Arquitecto Fernando Batalha, à época responsável pelos Monumentos em Angola, após ter conhecimento dos abrigos com pinturas do Ebo, decidiu fazer uma escavação num deles, no Abrigo de Dalambiri, em finais 1971/início de 1972. O espólio resultante dessa escavação terá ido para a fortaleza de Massangano, mas perdeu-se-lhe o rasto. Somando a isto o facto de Fernando Batalha nunca ter publicado algo sobre este trabalho, perdemos toda a informação que daí pudesse advir.

Sempre nos questionámos como é que uma região que dista menos de 500 km da capital Luanda ou de uma outra grande cidade como Benguela, que no dizer de Ervedosa apresenta um enorme potencial arqueológico, poderia nunca ter qualquer referência pormenorizada ou ser objecto de um estudo metódico? Esta dúvida gerou em nós a vontade de comprovar o que Ervedosa havia mencionado e dar continuidade à sua intenção. Assim nasceu o nosso projecto de investigação para o Ebo, que desde logo contou com o apoio do nosso orientador, Professor Doutor Luiz Oosterbeek, tornando-se ele próprio investigador responsável pelo “Projecto Ebo” (Projecto FCT: PTDC/HIS-ARQ/103187/2008).

Caracterização da região

O Ebo, um município com 2 520 Km² da Província do Kwanza Sul, em Angola, conta com mais de 132 mil habitantes. Esta região é uma peneplanície situada entre os 1 000m e os 1 500m de altitude, pontuada por enormes *inselbergs* graníticos, com anharas e manchas de floresta tropical aberta.

A localidade foi duramente afectada pela guerra. Aí aconteceu aquela que ficou conhecida como “Batalha do Ebo”, sendo considerada como uma das duas mais importantes batalhas para impedir a entrada em Luanda das tropas Sul-Africanas, antes da proclamação da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975. Ainda hoje vestígios dessa batalha e de um monumento a ela consagrado permanecem junto ao *inselberg* “Pedra do Matato” (Fig. 001). Mesmo tendo atravessado momentos difíceis e muito estar por fazer em termos de recuperação ou criação de infra-estruturas que melhorem a qualidade de vida da população, no Ebo convive-se com o passado, não apenas com o passado recente, que marcou negativamente a população, mas com o passado mais remoto que recua à memória dos antepassados e o



Fig. 001 – O grande *inselberg* do Matato destacando-se na paisagem.

falar Kibala-Ngoya (Angenot et al., 2011). No entanto, não é consensual entre os linguistas a designação dos termos utilizados. Certo, porém, é a grande diversidade linguística que aqui encontramos num espaço muito curto (por exemplo, em 10 km há diferentes dialectos). A principal actividade da população é a agricultura de subsistência, que os habitantes complementam com outras actividades como a pequena pecuária, a caça ou a pesca. As tarefas agrícolas são essencialmente realizadas por mulheres, sendo que aos homens apenas cabe o derrube das árvores, sempre que se justifique ampliar a área de cultivo.

Espalhados por toda esta província do Kwanza Sul, bem como numa região mais vasta que vai da Quibala ao Planalto da Huíla, encontramos peculiares túmulos em pedra. Estes túmulos são feitos sobre rocha e lá sepultados, hoje em dia, apenas os sobas (chefes das aldeias). Em cada túmulo há apenas um corpo depositado sentado, como no caso do Soba Grande, ou deitado em decúbito. As pessoas mais simples são sepultadas em campa rasa. Os túmulos que encontramos são na sua maioria circulares (Fig. 002), mas também existem alguns de forma rectangular. No caso dos circulares, existem alguns geminados e outros de cúpula com chapéu. Alguns apresentam ornamentações. Desconhece-se quando e como foram introduzidos na região.

No Centro do Ebo existe um edifício degradado e com sucessivas remodelações que alteraram parte da sua traça original, agora propriedade privada, em risco de ser ainda mais descaracterizado pois os actuais proprietários têm planos de começar obras no local sem acautelar o valor histórico e arquitectónico do edifício. Trata-se de uma edificação em alvenaria, de planta rectangular com pátio interior, em relação ao qual não há qualquer informação ou memória, mas cujo tipo de construção encontra paralelos, na antiga fortificação de Kambambe (1604) ou na “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras (1766), ambas no Kwanza Norte (Batalha, 2008).

As comunidades que vivem entre os princípios do Estado oficial e as regras ditadas pelas autoridades tradicionais, com prevalência destas últimas. Nesta região, as pequenas aldeias designadas por bairros são chefiadas por sobas. Cada bairro tem o seu soba a quem cabe ditar as regras e actuar aquando do seu incumprimento.

A própria forma como se estruturam as aldeias revela-se interessante – por entre caminhos de terra batida, há espaços de reunião da comunidade, espaços de trabalho (moer man-

faz viver no presente, através da oralidade, de rituais, de crenças. Aqui a tradição oral continua a ter um peso muito importante; é assim que é transmitida a História às gerações mais novas. Dizem que no séc. XVII o rei Quixipo Kiandú, rei-caçador, veio em busca de terras, partindo de Malange, e nesta região se fixou.

A população do Ebo assume que fala Ngoya, um tronco linguístico do Quimbundo, falado pelo grupo Ambundo, incorporando muitos vocábulos do Umbundo, falado pelo grupo Ovimbundo, que alguns autores consideram como



Fig. 002 – Túmulo de Soba, nas proximidades do *inselberg* de Dalambiri.

to experienciado ao longo de gerações que desenvolveram estratégias de adaptação ao meio ambiente, utilizando recursos locais (Correia Guedes, 2011).

Nesta complexa paisagem encontramos ainda os abrigos com pinturas. Se Ervedosa referenciou cinco (Ervedosa, 1980), hoje temos indicação que existe mais de uma dezena. Embora o Ebo se traduza numa enorme riqueza paisagística, com rica biodiversidade vegetal e animal, de particular interesse para a linguística pelas variantes que apresenta ou fulcral para compreender a pré-história e a história da Região Centro-Oeste, em primeira instância, e de Angola, em geral, pelo vestígios arqueológicos e património histórico que possui, é difícil compreender que não exista qualquer tipo de estudo sobre esta região, dificultando o início da pesquisa.

A investigação arqueológica actual

No âmbito do doutoramento em “Quaternário, Materiais e Culturas” (UTAD), consideramos como hipótese de trabalho compreender a ocupação da região do Ebo a partir da arte rupestre, isto é, partindo do registo das pinturas, analisar todos os dados daí recorrentes - sobreposições, técnicas, tipologias das representações, pigmentos utilizados - e por correlação com os demais vestígios da cultura material da região, bem como estabelecendo paralelos com pinturas de outras regiões de



Fig. 003 – Produção de tijolos na aldeia de Dalambiri.

dioca para fuba, os campos de cultivo), espaços de habitação. As casas construídas com tijolos de adobe produzidos no próprio local e secos ao sol durante cerca de 10 dias, sendo virados a cada 2 dias. São tijolos de terra crua, água e palha, moldados em formas num processo totalmente artesanal (Fig. 003). O telhado é de colmo, por vezes, substituído por chapas de zinco. Cada casa é constituída por várias pequenas casas (cozinha, quartos, arrumos, etc.). Estas construções tradicionais são resultados do conhecimen-



Fig. 004 – O *inselberg* de Dalambiri.

África, apurar se podemos atestar a passagem neste território de grupos humanos distintos que nestas paredes terão deixado a marca da sua expressão cultural.

Apenas em 2012 chegaram todas as autorizações necessárias por parte do Ministério da Cultura de Angola para proceder ao trabalho de campo. Durante a estadia no Ebo foi possível visitar os abrigos de Dalambiri, Cumbira e Caiombo. Estes abrigos localizam-se fora das povoações, em cotas superiores às aldeias (todas acima dos 1300m em relação ao nível do mar).

O acesso é relativamente fácil, implicando apenas caminhadas de cerca de meia hora entre as aldeias e os abrigos. O mais complicado é o abrigo de Dalambiri localizado num grande *inselberg* (Fig. 004), de acentuada inclinação, despidido de vegetação, cujo acesso requer algum cuidado.

O abrigo de Dalambiri é o maior dos três que visitamos, com uma configuração semicircular apresenta uma faixa pintada de 64 m, chegando em algumas partes a mais de 2 m de largura. Neste abrigo resta a escavação efectuada por Batalha, sendo que no corte Norte é possível verificar a partir de 1 m de profundidade vários fragmentos de cerâmica, correspondendo a diferentes níveis estratigráficos. Existem também vários fragmentos de cerâmica quer no acesso, quer no interior do abrigo, muitos dos quais com decoração.

No que respeita às pinturas, ultrapassam o milhar e apresentam inúmeras sobreposições. Embora nem todas pareçam corresponder a diferentes períodos cronológicos, indiciam autores distintos.

Não vamos fazer aqui uma abordagem exaustiva à descrição das pinturas, pois a intenção do presente trabalho é dar a conhecer a região e os objectivos gerais da investigação em curso. Sumariamente, podemos dizer que a maioria das pinturas, no abrigo de Dalambiri, é branca. Em vermelho surgem, em menor número, representando antropomorfos e zoomorfos muito estilizados, um machado, uma ponta de seta e outras figurações indefinidas ou de cariz geométrico.

Pintadas em negro temos figurações zoomórficas e antropomórficas muito esbatidas, por baixo de todas as outras figuras pintadas, e outras figurações a negro, na maioria de cariz geométrico que, juntamente com o branco, vermelho ou até amarelo, compõem grandes figurações geralmente do tipo reticulado.

No abrigo de Dalambiri predominam os zoomorfos e antropomorfos, ambos de morfologia diversa, em geral associados entre si ou com outros zoomorfos ou antropomorfos, com especial relevância para o elevado número de eventuais cenas de caça, com diversas representações de armas de fogo associadas a estas cenas.

Ainda a salientar a grande diversidade de tipóias (Fig. 005), algumas das quais com a representação de um animal deitado (morto?).



Fig. 005 - Representações de tipóias do abrigo de Dalambiri.

O abrigo da Cumbira, por sua vez, está localizado entre dois grandes penedos encostados um no outro, apresenta dois painéis, eventualmente um terceiro referenciado por Ervedosa (Ervedosa, 1980), mas desconhecido da população; dado o mato em redor do abrigo e o tempo reduzido de que dispúnhamos não foi possível prospectar no sentido de encontrar este outro painel. No interior deste abrigo encontramos também diversos fragmentos de cerâmica à superfície e figuras pintadas parcialmente escondidas pelos sedimentos, o que poderá

ajudar no futuro a estabelecer cronologias, através de uma escavação minuciosa (já prevista), como é requisito para este tipo de trabalho junto de painéis pintados.

Se em Dalambiri encontramos mais de um milhar de representações pintadas, aqui não chegam à centena, mas nem por isso menos importantes ou interessantes. A cor predominante continua a ser o branco. Em negro continuam a aparecer zoomorfos diluídos, parecendo corresponder a uma fase mais antiga, embora também existam antropomorfos num negro mais visível que parecem, pela sua aparência “mais fresca”, mais recentes. As associações entre figuras não parecem existir ou, pelo menos, não são evidentes. Também aqui existem representações de tipóias e de machados (Fig. 006), podendo revelar ligações ao prestígio (Almeida e Breuil, 1964) ou à autoridade (Gutierrez, 1996).

O último dos abrigos visitados, o abrigo do Caiombo fica num *inselberg* composto por duas exurgências geminadas, circulares que afunilam à medida que se progride para o interior. Se na cavidade da esquerda para quem acede do vale existem poucas representações a

branco, de cariz geométrico e alguns antropomorfos, sendo um recente, já na cavidade da direita encontramos várias sobreposições, com representações de zoomorfos, antropomorfos, figurações geométricas e outras indefinidas. Embora mais uma vez exista um grande número de pinturas a branco, o lugar central parece ocupado pelas figurações a vermelho tijolo que misturam características antropomórficas (Seguram objectos? Com falo proeminente?), com características



Fig. 006 - Representação de tipóia e machado no Abrigo da Cumbira.

zoomórficas (Com cauda? Alguns com apenas três dedos? Trespassados por lanças?). Existem ainda figurações a vermelho escuro (círculos e linhas) por baixo das figuras brancas, numa tonalidade que não encontramos em nenhum dos outros dois abrigos, podendo corresponder a uma fase bastante remota, com eventuais paralelos noutros países da África Central (Smith, 2007).

Este é o único abrigo inteiramente rochoso, sem qualquer sedimento e o único onde não encontramos qualquer material à superfície.

Em todos os abrigos existem problemas de conservação associados a causas naturais (escorrência de água ou descamação do suporte (granito), provocadas por depósitos de origem animal ou vegetal ou relacionadas com o uso do espaço pelo ser humano (vestígios deixados pelo fumo de fogueiras aí realizadas ao longo do tempo e grafites) e que contribuem para a perda ou desvanecimento das pinturas.

A investigação arqueológica no Ebo, embora nascida de uma vontade individual, não se resume ao programa de doutoramento indicado, tendo-se tornado num projecto de grandes dimensões, envolvendo instituições portuguesas e angolanas (Oosterbeek & Martins, 2011), pelo que também contempla questões ligadas à conservação, num programa de acompanhamento levado a cabo por uma técnica especializada (Cruz, 2013).

De acordo com o tempo disponível para realizar a primeira campanha no terreno, era imperativo criar prioridades que permitissem obter o maior número de dados, de acordo com os objectivos da investigação. A aposta foi para o registo fotográfico tão detalhado quanto possível das aldeias, dos percursos, dos abrigos, do acesso, da área envolvente aos abrigos, da paisagem avistada a partir deles, dos painéis pintados (fotos gerais) e das figuras (fotos de pormenor), bem como dos aspectos relativos à conservação e de outros relacionados com a vida da comunidade (tarefas diárias, artesanais, etc.) e de outros vestígios históricos e arqueológicos (túmulos e outras edificações, materiais de superfície).

A partir desta primeira recolha de dados, definimos uma metodologia para começar a trabalhar. Tendo em conta que o objectivo geral da investigação será conseguir reconstituir a ocupação daquele território a partir das diferentes fases e dos diferentes grupos que deixaram a sua expressão cultural marcada nas paredes dos abrigos do Ebo, então a atenção é dada em primeiro lugar às pinturas.

Começamos, assim, a fazer os decalques digitais a partir das fotografias. Nesse sentido, utilizamos o programa *Photoshop CS6*. Cada fotografia tem sempre uma parte comum à anterior ou à posterior, à superior ou à inferior, para que seja possível depois fazer todos os encaixes e reconstituir por completo os painéis dos abrigos. Utilizando aquele programa, podemos usar as suas inúmeras funcionalidades que nos permitem manipular a fotografia, saturando mais ou menos a cor, ampliando pormenores, por exemplo, o que possibilita perceber melhor as sobreposições ou tornar visíveis vestígios de pintura que na fotografia normal não são observáveis.

Outra vantagem do programa é que trabalhamos por camadas, ou seja, podemos efectuar o decalque (**Fig. 007**) de acordo com o que nos parece terem sido as diferentes etapas de execução do painel, avançar ou recuar sempre que pretendemos acrescentar ou corrigir uma figura ou sobreposição.

A execução apenas do contorno das figuras foi uma opção metodológica pessoal para um primeiro momento da investigação, tendo em conta o abundante número de pinturas e sobreposições. Existem diversas formas de obter o decalque digital, inclusive seleccionando a imagem pintada, separando-a com a sua cor original. No entanto, para já, dado o eleva-

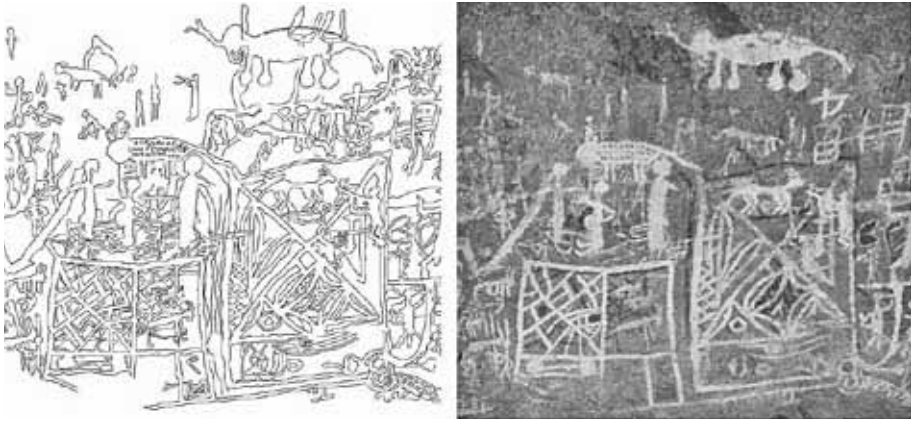


Fig. 007 – Fase de execução dos desenhos de um panel.

do número de figuras, primeiro interessa perceber o que está representado e qual a ordem de execução, da qual resultam as diversas sobreposições.

Também é possível, neste primeiro momento, individualizar as figuras o que facilitará a criação de tabelas de tipologias, sendo estas importantes para estabelecer correlações com outras regiões de Angola ou de África, permitindo aceder a significados que determinadas representações possuem no seio de diversos grupos humanos africanos.

Uma etapa importante do trabalho passará por dar atenção à cor, pois não podemos esquecer que o facto de uma figura estar pintada com uma determinada cor poderá ter um significado intrínseco.

Todo este trabalho implica uma verificação/correção *in loco* dos decalques que será feita na próxima campanha, neste ano de 2013.

Nessa próxima campanha será também dada uma atenção especial à parte etnográfica, à tradição oral, ao significado que as pinturas têm para a comunidade, tentando perceber que mensagens traduzem as representações pintadas; se há relação com outros vestígios (ex. túmulos); que tipo de vínculo liga a população actual aos abrigos pintados; se existem uma associação a ritos de passagem ou a ritos associados a outras actividades (ex. caça)?

Quanto à cronologia como elementos de datação relativa temos representações de armas de fogo, objectos levados pelos europeus para esta parte da África, pelo que nunca poderão ser anteriores ao séc. XVI, ou a representação de objectos de metal (ex. machados), sendo que a metalurgia, segundo autores como Oliveira Jorge terá chegado a esta parte de África no primeiro milénio da nossa era (Jorge, 1974). No entanto são balizas pouco precisas, pois existem figurações que se assemelham a pinturas do Malawi e da Zâmbia correspondentes a sociedades de agricultores-metalurgistas, executadas ao longo dos últimos dois mil anos (Smith, 2007), nas quais predominam as pinturas brancas, muitas vezes representando cenas do quotidiano, com pessoas, animais e motivos geométrico. Será importante encontrar marcos cronológicos mais precisos, à medida que avança a investigação.

Será também relevante considerar a análise de pigmentos, não apenas para conhecer a composição química e mineralógica dos mesmos, mas também para verificar a possibilidade de se proceder a uma datação absoluta.

De acordo com outros estudos publicados (Ervedosa 1980; Santos Júnior, 1974) tudo indica que o Ebo faz parte de uma vasta área cultural que abrange toda a região Centro-Oeste, onde encontramos sensivelmente a mesma geomorfologia e semelhante iconografia nas pinturas dos abrigos disseminados pela paisagem dessa enorme região.

Conclusão

A região do Ebo apenas mencionada brevemente em alguns trabalhos da época de 70, com uma rica diversidade natural e cultural, apresenta um património único traduzido nas pinturas rupestres dos vários abrigos, nos túmulos de pedra, na diversidade linguística, num complexo sistema de poder, de saberes e usos tradicionais, aliado a crenças, cultos, mitos e lendas que emanam de cada uma das pequenas aldeias, tornando esta região tão peculiar. Neste momento decorre o primeiro grande estudo sistemático sobre esta zona, tendo por base os trabalhos arqueológicos, com especial enfoque sobre os abrigos com pinturas rupestres, mas sem esquecer outros aspectos que devem estar intrinsecamente ligados à pesquisa arqueológica – a geologia, a biogeografia, a antropologia e a própria gestão - envolvendo já elementos de instituições angolanas (Instituto Nacional do Património Cultural e Museu Nacional de Arqueologia de Benguela) e portuguesas (instituto Politécnico de Tomar, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Instituto Terra e Memória), numa estratégia que prevê actividades a médio e longo prazo, não se esgotando no trabalho académico aqui apresentado, mas sendo este apenas o passo inicial de uma longa parceria de investigação que dará a conhecer e ajudará a preservar o património de uma região tão fascinante quanto o Ebo.

Referências bibliográficas

- Angenot, J., Mfuwa, N., Ribeiro, M. (2011), *As classes nominais do kibala-ngoya, um falar bantu de Angola não documentado, na intersecção dos grupos Kimbundu [H20] e Umbundu [R10]*. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos E Similares, 21(2).
- Batalha, F. (2008), *Povoações Históricas de Angola*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Breuil, H., Almeida, A. (1964), *Das gravuras e das pinturas rupestres do deserto de Moçâmedes (Angola)*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- Correia Guedes (2011), *Arquitectura sustentável em Angola [Manual de boas práticas]*. Ed. CPLP.
- Cruz, M.J. (2013), *As pinturas Rupestres de Cumbira e Caiombo*, Município do Ebo, Província do Kuanza Sul / Angola - Notas para a sua conservação, in Oosterbeek, L., Martins, C.P., Domingos, Z., orgs., *Ebo e a Arte Rupestre do Sudoeste Africano*. Arkeos 33. Tomar: CEIPHAR.
- Ervedosa, C. (1980), *Arqueologia Angolana*, Lisboa: Edições 70.
- Gutierrez, M. (1996), *L'Art Pariétal de l'Angola*, Paris: L'Harmattan.
- Jorge, V.O. (1974), *Breve introdução à Pré-história de Angola*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 84, pp. 149-170.

- Martins, C. P. (2008), *Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à Arqueologia do Território*. Tese de Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre do IPT/UTAD (Portugal).
- Oosterbeek, L., Martins, C. P. (2011), *Projecto Ebo: arqueologia e património como factores de sustentabilidade e desenvolvimento local*. Ângulo. Tomar. Série II. pp. 1-9.
- Santos Júnior, J. R. (1974), *Arte Rupestre em Angola*. Porto: Instituto de Antropologia “Dr. Mendes Corrêa”.
- Smith, B. W. (1995), *Rock Art in south-central Africa. A study based on the pictographs of Dedza District, Malawi and Kasama District, Zambia*. Thesis submitted in candidature for Ph. D. University of Cambridge.

